

EDITAL – PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2247/2019
COTA RESERVADA ME/EPP
REPUBLICAÇÃO

A **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO**, torna público, para ciência dos interessados, que por intermédio de seu pregoeiro, designado pela Portaria Municipal nº 225/2019, encontra-se aberta licitação na modalidade Pregão Presencial nº 31/2019, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que será integralmente conduzida pelo pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, sendo regido pela Lei nº 10.520/02, pelo Decreto nº 3.555/00, pela Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, aplicando-lhe, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, no que couber e processado em conformidade com as disposições deste EDITAL e seus anexos, visando à contratação de empresas, com cota reservada para ME/EPP, para fornecimento e instalação de equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico), para as Unidades Básicas e Especializadas de Saúde, conforme especificações e quantidades relacionados ao Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde.

1. Abertura da sessão, credenciamento e entrega dos envelopes: dia 25 de junho de 2019, às 09 horas.

1.1. Local do Pregão Presencial: Secretaria de Administração, no Setor de Licitações, localizada à Rua 9 de julho, 1053, Vila Nova – Salto/SP.

1.2. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após as **09 horas** do dia **25/06/2019**.

1.3. Informações sobre o edital, no endereço mencionado acima, nos dias úteis que antecedem a sessão de abertura dos envelopes, telefone: (11) 4602-8533 e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br, das 08h às 17h.

1.4. No caso de questionamentos, as perguntas e respostas serão divulgadas, para conhecimento dos interessados, na Imprensa Oficial do Município e no site www.salto.sp.gov.br - Acesso Rápido – Licitação, disponíveis no espaço para “dúvidas e respostas” correspondente a cada edital de licitação.

1.5. A Programação poderá sofrer alterações em virtude do desenvolvimento da sessão. Circunstâncias em que o Pregoeiro informará previamente a mudança de horários para ciência de todos os participantes.

1.6. O Pregoeiro titular poderá ser substituído por outro pregoeiro nomeado na Portaria Municipal nº 225/2019.

2. DO SUPORTE LEGAL

2.1. Este Pregão é regulamentado pelos seguintes dispositivos legais:

- Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações;
- Lei Federal nº 10.520/02 – dispõe sobre o Pregão;
- Lei Orgânica do Município de Salto nº 1382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008);
- Decreto Municipal nº 08/2001



- Legislação específica que disciplina as atividades industriais e/ ou comerciais dos licitantes;
- Lei Federal n.º 12.846/2013 que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil de pessoas jurídicas em atos lesivos praticados contra a Administração Pública;
- Lei complementar 123/06 e suas alterações – que dispõe sobre a exclusividade de participação e/ou benefício a microempresa e empresa de pequeno porte.
- Decreto Municipal n.º 36/2018 – dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME/EPP.

3. DO OBJETO

3.1. Contratação de empresas, com cota reservada para ME/EPP, para fornecimento e instalação de equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico), para as Unidades Básicas e Especializadas de Saúde, conforme especificações e quantidades relacionados ao Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde.

3.2. Os equipamentos serão custeados com recursos do Governo Federal através das Emendas Parlamentares 28090005 e 37290003 da proposta 11297.631000/1160-04, recurso 33460003 da proposta 11297.631000/1180-05 e referente aos termos de compromisso 3545201712271456065 e 3545201712271452857 e do Governo Estadual através dos Convênios 578/2017 e 469/2018.

3.3. Será de responsabilidade da Secretaria de Saúde o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, através do gestor de contrato, Sr. Emerson Correa Silveira, Assistente Técnico II, portador do RG n.º 30.580.021-8 e do CPF n.º 285.351.388-47.

3.4. Conforme cotação de preços realizada pelo município junto ao mercado, o **valor unitário estimado por item** é de:

Item	Valor Unit.	Item	Valor Unit.
1	R\$ 1.046,33	19	R\$ 112,66
2	R\$ 872,66	20	R\$ 2.131,30
3	R\$ 1.238,00	21	R\$ 2.592,63
4	R\$ 612,33	22	R\$ 363,66
5	R\$ 3.998,00	23	R\$ 1.056,66
6	R\$ 1.607,33	24	R\$ 630,00
7	R\$ 461,66	25	R\$ 276,33
8	R\$ 8.174,33	26	R\$ 370,00
9	R\$ 1.346,66	27	R\$ 1.697,00
10	R\$ 2.083,33	28	R\$ 780,00
11	R\$ 18.300,00	29	R\$ 178,16
12	R\$ 3.221,00	30	R\$ 6.589,66
13	R\$ 4.979,66	31	R\$ 3.663,00
14	R\$ 3.256,66	32	R\$ 1.647,00
15	R\$ 931,66	33	R\$ 1.326,60
16	R\$ 10.810,00	34	R\$ 2.854,00
17	R\$ 264,33	35	R\$ 1.594,73
18	R\$ 850,00		

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências, pertencentes ao ramo do objeto licitado, inclusive, quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos:

a) Para os **Itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 35 (Cota Principal)** – os interessados que atendam aos requisitos do edital;

b) Para os **Itens: 11, 24, 25 e 28 (Cota Reservada)** – somente às empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, em seu art. 48, inciso III, **sem prejuízo de sua participação na cota principal.**

4.2. Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, conforme situações previstas no artigo 48, III, da LC 123/06, ressalvado o seguinte:

4.3. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preços aceitáveis.

4.4. Caso a mesma empresa sagre-se vencedora da cota reservada e da cota principal, deverá, para ambas, prevalecer o menor preço (quer apresentado na cota reservada quer na principal).

4.5. As Licitantes que desejarem enviar seus envelopes via postal (com AR – Aviso de Recebimento) deverão remetê-los ao endereço constante no preâmbulo deste edital, aos cuidados do (a) Pregoeiro (a) Municipal, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, juntamente com a **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 – Proposta e nº 2 – Habilitação.

4.6. Na opção dos envelopes serem encaminhados pelo correio, a Administração ficará isenta de toda e qualquer responsabilidade, no caso do não recebimento dos mesmos no prazo designado no preâmbulo deste edital.

4.7. Estarão Impedidos de participar desta licitação, interessados que se enquadrem em uma ou em mais das situações a seguir:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País;
- b) Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração nos termos do inciso III do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações;
- d) Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7º da Lei Federal 10.520/02;
- e) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

f) Que tenha em seus quadros, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

g) Empresas que possuam sócios, diretores, administradores ou representantes legais em comum ou que utilizem materiais, tecnológicos ou humanos em comum – salvo prova inequívoca que não agem representando interesse econômico comum.

4.8. Para os itens “c” e “d” estarão impedidos de participar da licitação as empresas enquadradas nessas situações restringindo-se à esfera de governo do órgão que aplicou as referidas penalidades, no caso a Prefeitura Municipal de Salto, conforme dispõe a Súmula 51 do TCE/SP.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1. A licitante interessada em participar do certame deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por meio de representante legal, devidamente munido de documento que o credencie a participar desta licitação, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso, assinar a Contrato e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, nos termos previstos pelos incisos VI e VII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002(ANEXO II).

5.2. Cada licitante credenciará apenas 01 (um) representante, que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste Edital.

5.3. Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:

a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

5.3.1. Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

- **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **ANEXO III** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

5.3.2. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

- **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte** visando ao exercício de preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo V** deste Edital, devidamente assinada e carimbada pelo representante legal da empresa, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 – Proposta e nº 2 – Habilitação, inclusive para cota reservada a este tipo de empresa.

5.4. Os documentos de credenciamento serão retidos pela equipe de apoio e juntados ao processo licitatório.

5.5. Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

6. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

6.1. Por força da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, as microempresas – MEs e as empresas de pequeno porte – EPPs que tenham interesse em participar desde pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

a) no momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma ME ou EPP, deverá ser apresentada, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste edital, **ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal e trabalhista apresentem alguma restrição**, bem como alguma espécie de documento que venha a comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme determina art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações;

b) como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para ME e/ou EPP, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada, art. 44 § 2º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

c) o disposto no item anterior, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

6.2. Para efeito do disposto no item acima, caracterizado o empate, proceder-se-á do seguinte modo:

a) a ME ou EPP mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

b) a nova proposta de preço mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em

favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP), desde que seu preço seja aceitável e a licitante atenda às exigências de habilitação;

c) não ocorrendo à contratação da ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência de valores apresentados pelas ME e EPP, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

e) na hipótese da não-contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

f) o procedimento acima somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO

7.1. A Proposta e os Documentos de **Habilitação** deverão ser apresentados separadamente da seguinte forma: envelopes de **Proposta A, Proposta A1– Cota Reservada para ME/EPP e envelopes de Habilitação**, todos fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE – PROPOSTA A DE PREÇOS – COTA PRINCIPAL

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019 – Equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENVELOPE – PROPOSTA A1 DE PREÇOS – COTA RESERVADA

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019 – Equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENVELOPE – HABILITAÇÃO (TODOS OS PARTICIPANTES)

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SALTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019 – Equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

8. DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser impressa em língua portuguesa, digitada ou datilografada, na sua integralidade, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas, as suas folhas devem estar rubricadas e a última datada e assinada pelo proponente ou seu representante legal, devendo constar o seguinte:

a) razão social correta, CNPJ, endereço, cidade, CEP, estado, telefone, e-mail, responsável, cargo, RG e data;



b) a proposta deverá apresentar a descrição completa do equipamento/material, ofertado, **com catálogo ou ficha técnica em português**, com descrição detalhada do modelo, marca, dimensões, características, especificações técnicas outras informações que possibilitem a avaliação da equipe técnica, que devem estar em conformidade, mínimas, com as descritas no **Anexo I**, indicando o seguinte:

- o valor unitário, total unitário e global da proposta:

Item	Descrição/Marca/modelo/ Especificações/dimensões	Unid Qtde.	Valor Unit. R\$	Valor Total Unit. R\$
Valor Global				R\$

b.1) Caso apresente valores expressos em algarismos e por extenso, em caso de divergência, prevalecerá o menor valor;

c) Somente será admitida cotação de até 02 (duas) casas após a vírgula;

d) Não serão admitidas propostas que condicionem as entregas a faturamento mínimo;

c) No caso de catálogo com diversos modelos, a licitante deverá identificar qual a marca/modelo do equipamento que está concorrendo na licitação;

d) Não será admitida proposta com mera transcrição do descritivo do anexo I do termo de referência, sem a descrição do equipamento real do objeto ofertado;

e) Para os itens que são solicitados registro na ANVISA, Ministério Público e INMETRO, conforme anexo, deverão ser apresentados juntamente com a proposta.

8.2. A simples participação neste certame implica:

a) Na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

b) Que os preços apresentados abrangem todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação, como: embalagem, transporte, carga e descarga, seguro, bem como impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, carregamento e descarregamento, não recaindo à Prefeitura nenhum ônus suplementar além dos valores propostos, inclusive quanto às despesas indiretas;

c) Que a licitante vencedora se compromete e efetuar a entrega dos equipamentos/materiais nos preços constante de sua proposta, prazo e condições estipulado pelo município;

d) Aceitação pela licitante do prazo de validade da proposta, de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega da proposta. Decorridos esses prazos, sem a assinatura do contrato, fica a licitante declarada vencedora liberada dos compromissos assumidos.

8.3. DA COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA ME/EPP

8.3.1. Conforme instituído pelo artigo 48, III, da Lei Complementar 123/06, na redação dada pela Lei Complementar 147/14, fica reservada uma cota do processo, referente aos itens: **11, 24, 25 e 28** assegurando a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

8.3.2. Para a cota reservada para microempresas, empresas de pequeno porte, a proposta comercial deverá ser apresentada separadamente, conforme situações previstas no artigo 48, III, da LC 123/06, ressalvado o seguinte:

8.3.3. Se não houver proposta de acordo com art. 49, II e III da Lei Complementar 123/2006 para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preços aceitáveis.

8.3.4. De acordo com o Decreto Municipal nº 36/2018, fica estabelecido como âmbito regional, as regiões metropolitanas de São Paulo, Sorocaba e Campinas, conforme relação das cidades anexa ao edital (**Anexo VI**).

9. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1. Para a habilitação, todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, **poderão** apresentar **prova de inscrição válida** nos seguintes sistemas: **CAUFESP/CADFOR/SIAFÍSICO/SICAF** ou apresentar a **Documentação Completa**, **poderá apresentar também o CRC emitido pela Prefeitura**, na seguinte conformidade:

9.2. No que se refere ao **CAUFESP/CADFOR/SIAFÍSICO/SICAF**:

9.2.1. O cadastro deverá ter classificação pertinente à categoria do objeto desta licitação;

9.2.2. O licitante regularmente cadastrado junto ao CAUFESP/SIAFÍSICO/CADFOR/SICAF terá sua condição de habilitação verificada **on line** naquele sistema pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio e as informações obtidas serão impressas e juntadas ao respectivo processo;

9.2.3. Se no cadastro junto ao CAUFESP/SIAFÍSICO/CADFOR/SICAF o licitante não estiver ativo, ou se não constar algum dos documentos exigidos, se esses documentos estiverem com a validade vencida, o licitante deverá apresentar documento equivalente válido;

9.2.4. O cadastro junto ao CAUFESP/SIAFÍSICO/CADFOR/SICAF deverá ser **acompanhado dos documentos relacionados no item 9.4 – Documentação Complementar**.

9.2.5. Poderá apresentar também, **na forma prevista nos itens 9.5.1. e 9.5.2.**, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Prefeitura da Estância Turística de Salto, com prazo de validade em vigor, que substituirá os documentos exigidos nos itens **9.3.1 a 9.3.3**, acompanhado dos documentos complementares.

9.3. No que se refere à **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, os licitantes deverão apresentar:

9.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de

Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a.1) Os documentos descritos no subitem “a” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

b) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

Nota: Os documentos relacionados no subitem “a” **não** precisarão constar do **Envelope nº 2 – Habilitação**, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão;

9.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame;

b) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

b.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais (inclusive as contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

b.2) Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei.

b.3) Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Mobiliários Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei.

c) Certidão Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

d.1) A Certidão de regularidade Trabalhistas – CNDT é expedida gratuita e eletronicamente em todo o território nacional. O interessado pode requerê-la nas páginas eletrônicas do TST, do CSJT e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CNPJ.

e) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, **mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar 123/06, alterado pela Lei Complementar 147/2014);**

e.1) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame**, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura ou até a assinatura do contrato, nos termos do art. 42 da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 155/216, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

e.2) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **e.1**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes subsequentes.

9.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com validade de 180 (cento e oitenta) dias a partir da sua emissão.

a.1) Apenas no caso em que a certidão positiva for relacionada à recuperação judicial, poderá o licitante apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital, conforme dispõe a Súmula 50 do TCE/SP.

9.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

9.4.1. Documentação que deverá acompanhar, obrigatoriamente, os documentos de habilitação:

a) Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo (**ANEXO IV** deste Edital).

b) Apresentar pessoa física para assinar contrato junto a Prefeitura indicando: nome, cargo, data de nascimento, endereço pessoal, e-mail institucional e pessoal, telefone, nacionalidade, estado civil, cargo, RG e CPF, de acordo com a Instrução 02/2016 e Resolução 03/2017 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, para preencher o Termo de Ciência e de Notificação, exigência para contratação.

b.1) A ausência da declaração exigida no item “**b**” não inabilitará o concorrente, porém a disponibilização das informações está condicionada a formalização do contrato e sua assinatura, caso declarada vencedora.

9.5. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.5.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, conforme art. 32 da Lei 8666/93, inclusive autenticação digital

9.5.2. A autenticação da cópia será apenas com o cotejo do documento original, devendo apresentar o original juntamente com cópia simples do referido documento. Não será autenticado cópia de outra cópia, ainda que autenticada.

9.5.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

9.5.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

9.5.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.5.6. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante.

9.5.7. O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos sites dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

9.6. Os envelopes de habilitação das empresas não vencedoras do certame, caso não seja possível devolver ao final da sessão aos seus representantes, estarão disponíveis para serem retirados, no setor de licitações, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a homologação do processo licitatório. Após este prazo os mesmos serão destruídos sem aviso prévio.

10. DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. No dia, hora e local, designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento do credenciamento, das propostas e da documentação de habilitação.

10.2. Serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" de todas as licitantes e o Pregoeiro informará aos participantes presentes quais empresas apresentaram proposta de preços para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos preços ofertados.

10.3. Será verificada a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e constante no Anexo I, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo, inclusive, com o preço de mercado ou valores excessivos, inexequíveis e/ou baseadas em outras propostas, nos termos do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.4. Serão então, selecionadas pelo (a) Pregoeiro (a) a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço total do item.

10.5. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente



já tenham sido por ele selecionadas, até que se alcance o número de propostas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.6. Às licitantes selecionadas na forma dos itens **10.3 e/ou 10.4**, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da proposta de maior preço.

10.7. Se os valores de 02 (duas) ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado um sorteio, na mesma sessão, para definir qual das licitantes registrará 1º (primeiro) seu lance verbal.

10.8. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias, a critério do (a) Pregoeiro (a). Podendo o pregoeiro negociar com as licitantes visando estabelecer um intervalo razoável entre os lances ofertados.

10.9. Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado, sendo observada a **redução mínima, conforme planilha abaixo**, entre os lances verbais, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

Item	Valor Unit.	Item	Valor Unit.
1	R\$ 5,23	19	R\$ 0,56
2	R\$ 4,36	20	R\$ 10,66
3	R\$ 6,19	21	R\$ 12,96
4	R\$ 3,06	22	R\$ 1,82
5	R\$19,99	23	R\$ 5,28
6	R\$ 8,04	24	R\$ 3,15
7	R\$ 2,31	25	R\$ 1,38
8	R\$ 40,87	26	R\$ 1,85
9	R\$ 6,73	27	R\$ 8,49
10	R\$ 10,42	28	R\$ 3,90
11	R\$ 91,50	29	R\$ 0,89
12	R\$ 16,11	30	R\$ 32,95
13	R\$ 24,90	31	R\$ 18,32
14	R\$ 16,28	32	R\$ 8,24
15	R\$ 4,66	33	R\$ 6,63
16	R\$ 54,05	34	R\$ 14,27
17	R\$ 1,32	35	R\$ 7,97
18	R\$ 4,25		

10.10. Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela empresa que ofertar o **menor preço por item**, sendo observado se o valor apresentado se encontra dentro da média prevista pela Administração, sendo os preços incompatíveis com o mercado, inexequíveis ou excessivos para o objeto, implicará a não aceitação do preço ofertado permitido à adequação dos valores pela licitante interessada.

10.11. A desistência em apresentar lance verbal, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais, sendo considerado o preço constante da proposta escrita.

10.12. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço por lote.

10.13. A Pregoeira examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e o valor, da 1ª (primeira) classificada, conforme constante neste edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito, podendo negociar para a redução do valor proposto.

10.14. Será assegurado, como critério de desempate, o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 44 § 1º da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014.

10.15. Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificada o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

10.16. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação efetivamente entregues, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, **sendo vedada a apresentação de documentos novos.**

10.17. A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.18. Esta Prefeitura **não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação.** Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, **o licitante será inabilitado.**

10.19. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.20. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se as proponentes não atenderem às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto.

10.21. Da sessão será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio e licitantes.

10.22. O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

11.2. Eventual impugnação deverá ser dirigida ao Pregoeiro e **protocolada** no Setor de Licitações, mesmo endereço citado no preâmbulo.

11.3. Admite-se impugnação por intermédio de “e-mail” ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo, máximo, de **24 (vinte e quatro) horas**. Caso seja apresentada no último dia do prazo indicado no item 11.1, o original deverá ser apresentado **no prazo máximo de 24 horas antes da abertura da licitação**.

11.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.

11.5. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Caso não haja recurso, o (a) Pregoeiro (a), na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, encaminhando o processo para homologação da Autoridade Competente, o Sr. Secretário de Saúde.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso.

12.3. Caso haja recurso, desde que motivadamente manifestado na própria sessão, observando-se o rito previsto no inc. XVIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, os interessados deverão apresentar as razões do recurso, no prazo de **03 (três) dias**, contados do dia subsequente à realização do Pregão Presencial, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, que estarão disponíveis na Secretaria de Administração, Setor de Licitações.

12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Nessa hipótese, decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto, ora licitado, ao licitante vencedor e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, será homologado o procedimento licitatório.

12.6. No caso de interposição de recursos em relação a apenas alguns itens, os autos poderão ser desdobrados para o fim de permitir a continuidade da licitação relativamente aos itens que não foram objeto de divergência, enquanto se processam os recursos administrativos.

13. DAS PENALIDADES

13.1. A Licitante vencedora do certame que descumprir em quaisquer das cláusulas ou

condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à detentora garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93 e 10.520/02.

13.3. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a detentora, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

13.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a detentora vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As verbas para pagamento do objeto da presente licitação estão de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de nºs:

Secretaria	Dotações	Ficha
Secretaria de Saúde	02.08.02.449052.10.301.0005.2.633.01.310000 – Recurso Próprio	185
	02.08.02.449052.10.301.0005.2.633.05.360000 – Recurso Federal	584
	02.08.03.449052.10.302.0005.2.632.01.300087 – Recurso Estadual	704

	02.08.03.449052.10.302.0005.2.632.02.30089 – Recurso Estadual	731
--	--	-----

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a efetiva entrega do bem, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, desde que aprovado pela Secretaria de Saúde e sujeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

15.2. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

15.3. Os pagamentos serão efetuados mediante transferência ou depósito em conta corrente do contratado, conforme Decreto n.º 7.507, de 27 de junho de 2011.

15.4. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial n.º 31/2019, Contrato Adm. .../2019.

15.5. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

15.6. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à licitante, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

16. DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

16.1. O prazo de entrega dos equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico) será de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

17. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

17.1. Para os itens que exigem Boas Práticas de Fabricação e Autorização de Funcionamento, conforme anexo, deverão ser apresentados na entrega, juntamente os equipamentos/materiais.

17.2. Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado Central de Suprimentos da Saúde.

17.3. As entregas deverão ser efetuadas em Salto/SP, no seguinte local:

- ✓ Praça Álvaro Guião, 167 – Bairro Estação – Jardim Estação – Fone (11) 4840-8751 Salto/SP
- ✓ De segunda a sexta-feira – horário: 08:00h às 15h.

17.4. O local de entrega poderá ser alterado a critério da Secretaria de Saúde, estabelecendo-se que neste caso a entrega ocorrerá dentro dos limites do município, com comunicado prévio ao contratado.

17.5. Caso ocorra o fornecimento incompatível com o solicitado pela Prefeitura, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos (ocasionados inclusive, durante o

transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas neste Edital.

17.6. Os materiais e equipamentos devem estar embalados sem avarias.

17.7. A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.

17.8. A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Anexo I e da proposta, acompanhado da respectiva Nota fiscal constando detalhamento as indicações da marca fabricante, tipo, procedência.

17.9. A empresa Contratada é responsável pelo transporte, carga, descarga e instalação. A instalação será apenas para os itens 11, 30 e 34 do anexo.

17.10. A empresa vencedora deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

17.11. Caso após o recebimento dos produtos seja encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por e-mail ou outro meio hábil.

17.12. Havendo necessidade de remoção do produto para solução do defeito, o transporte ficará a cargo da Contratada, assumindo esta total responsabilidade pelo período em que estiver com a guarda do produto.

17.13. A empresa vencedora deverá comunicar por escrito à Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

17.14. A empresa vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Integram obrigatoriamente o processo licitatório: este instrumento convocatório, seus anexos, documentos, propostas, bem como, correspondências, notificações etc.

18.2. A licitante declarada vencedora **terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, a partir da Adjudicação para adequar a proposta apresentada inicialmente à proposta vencedora do presente pregão.

18.3. O prazo para assinatura do Contrato será de até 05(cinco) dias úteis, a contar da convocação da Prefeitura pela Secretaria de Administração, sujeita as sanções previstas **no item 13.3. do edital no caso de não comparecimento**. A participante deverá informar e-mail válido e telefone para contato.

18.4. Constatada qualquer irregularidade na entrega dos materiais, a empresa vencedora da licitação obrigará-se a trocá-los imediatamente, sob pena de sujeitar-se a aplicação das multas ou rescisão do Contrato nos termos legais.

18.5. A prefeitura rejeitará, no todo ou em parte o material que estiver em desacordo com o Edital/contrato.

18.6. A empresa vencedora se compromete a fornecer os materiais com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.

18.7. O objeto da presente licitação será recebido provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações deste Edital.

18.8. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente licitação.

18.9. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.10. A Pregoeira, no interesse público, poderá sanar ou relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometa a lisura da licitação e o direito das demais licitantes, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

18.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura da Estância Turística de Salto.

18.12. O aviso do Edital e o resultado do presente certame serão divulgados na Imprensa Oficial do Estado, Imprensa Oficial Eletrônica do Município, no jornal Agora de grande circulação (SP), no quadro de Atos Oficiais do Município, e disponibilizado o edital, na íntegra, no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br – Acesso Rápido: Licitação.

19. DO FORO

19.1. Para todas as questões porventura suscitadas e que não sejam resolvidas por via administrativa, o Foro competente será o da Comarca de Salto.

Estância Turística de Salto/SP, 07 de junho de 2019.

Flávio Francisco Vitale Filho
Secretário de Saúde



ANEXO I
RELACÃO DOS ITENS (EQUIPAMENTOS E QUANTIDADES)

Objeto: contratação de empresas, com cota reservada para ME/EPP, para fornecimento e instalação de equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico), para as Unidades Básicas e Especializadas de Saúde, conforme especificações e quantidades relacionados ao Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde.

Planilha Descritiva e Quantitativa			
Equipamentos/Material Permanente EP 1160-04, MEC, AEM e Odonto			
Item	Equipamento	Descritivo	Quant.
1	Adipômetro clínico não digital	Adipômetro clínico não digital de alta precisão e sensibilidade, com terminais plásticos móveis que se adaptam à dobra cutânea, com leitura rápida e direta, sem a necessidade de interpolação, escala de 0 a 60 mm, resolução de 1 mm e mola com pressão constante de 10 g/mm ² em qualquer abertura do adipômetro. Com manual de instrução em português e ilustrações, tabelas de conversão para gordura e lista de referências bibliográficas. Estojo especial para conservação e transporte. Garantia mínima de 12 meses.	1
2	Amalgamador Odontológico Capsular	Amalgamador Odontológico Tipo capsular, com modo de operação digital. Garantia mínima de 12 meses.	2
3	Armário Vitriini 1 porta	Armário vitrine com 01 porta, de excelente qualidade, confeccionado em material resistente (aço inoxidável, aço escovado ou ferro pintado), com teto e fundo em chapas dos materiais já citados, cantoneira de aproximadamente 1", cantos arredondados, pintura em epóxi após tratamento anti-ferruginoso na cor branca, caso material de confecção seja o ferro. Laterais com 01 porta de vidro de 4 mm de espessura, 03 prateleiras em vidro de 4 mm de espessura reguláveis. Fechadura com chave, pés com ponteiros de borracha ou PVC. Dimensões aproximadas de 0,50 x 0,40 x 1,50 m (L x C x A). Garantia mínima de 12 meses.	2
4	Aspirador de Líquido e secreção portátil	Aspirador de líquidos e secreções por pressão negativa, portátil, bivolt, de fácil manuseio, com acionamento elétrico e que seja acompanhado pelo copo coletor de secreções, cabo de força e extensões para conexão do motor ao copo e do copo para a sonda. Deve conter regulagem de vácuo, dispositivo de proteção contra superaquecimento e proteção antibacteriana no copo e tampa. Capacidade mínima do copo de 1 litro. Garantia mínima de 12 meses.	9
5	Autoclave Horizontal 40L	Autoclave horizontal de mesa, digital, para esterilização a vapor, fabricada nos padrões normativos da ABNT, para esterilização de materiais diversos com variação de temperatura entre 100°C e 135°C, com painel digital com visor alfanumérico indicando pressão, temperatura, ciclos e alarme. Chave geral liga/desliga todo o equipamento em caso de uso ou emergência. Apresentar bandejas removíveis, duplo estágio de fechamento com trava de segurança, válvula de segurança para sobre pressão e sobre temperatura. Capacidade mínima de 40 litros, câmara em aço inoxidável AISI 304, tampa em aço inoxidável AISI 304 fundido, com anel de vedação em borracha de silicone resistente a altas temperaturas, com dispositivo que impeça o funcionamento do equipamento com a tampa aberta. Reservatório externo. Gabinete em chapa de aço carbono, com tratamento anticorrosivo e pintura em epóxi. Boas Práticas de Fabricação. Garantia mínima de 12 meses.	2



6	Balança Antropométrica Adulto	Balança Antropométrica Adulto com capacidade máxima de 200kg, com divisões de 50g, régua antropométrica com escala de 1,00 a 2,00m, display de ICD, estrutura em chapa de aço carbono, cor branca, tapete em borracha anti derrapante, homologadas pelo INMETRO e aferidas pelo IPEM. Garantia mínima de 12 meses.	2
7	Biombo móvel triplo	Biombo móvel triplo, estrutura tubular em aço redondo cor branca, cortina em pvc branco, com rodízios giratórios, altura 1,77m. Garantia mínima de 12 meses.	6
8	Bisturi Elétrico	Bisturi elétrico de excelente qualidade, com alarmes, com função bipolar, com microprocessamento e com potência de entre 150 w e 165 w. Alimentação bivolt, ou com comutação manual ou automática 110/220 v. Deverá acompanhar todos os cabos para o seu funcionamento. Deverá ser aprovado pelo INMETRO, possuir registro no Ministério da Saúde, na ANVISA e manual de instrução em português. Apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação. Garantia de no mínimo 12 meses.	1
9	Cadeira de Rodas 100kg	Cadeira de rodas adulto com capacidade para 100kg, construído em tubos de aço cromado, laterais em chapa de material polido removível; apoio de braços fixos resistente revestido em courvim reforçado; assento e encosto revestido em material reforçado; descanso de pernas elevável revestido em courvim, dobrável, aros movimentados sobre rolamentos de esfera, rodas dianteira de aproximadamente 8” de diâmetro, pneus de borracha maciça, freios bilaterais sobre cremalheiras, suporte de soro. Garantia mínima de 12 meses.	3
10	Cadeira de Rodas 200kg	Cadeira de rodas adulto com capacidade para 200kg, construído em tubos de aço cromado, laterais em chapa de material polido removível; apoio de braços fixos resistente revestido em courvim reforçado; assento e encosto revestido em material reforçado; descanso de pernas elevável revestido em courvim, dobrável, aros movimentados sobre rolamentos de esfera, rodas dianteira de aproximadamente 8” de diâmetro, pneus de borracha maciça, freios bilaterais sobre cremalheiras, suporte de soro. Garantia mínima de 12 meses.	3
11	Cadeira Odontológica Completa	Cadeira anatômica com acionamento por moto redutor, sistema tipo pantográfico de elevação, apoio de cabeça anatômico, removível, bi-articulável e com regulagem de altura. Estofamento de espuma injetada de alta densidade, revestida em PVC sem costuras ou dobras (cor verde claro), apoio de braço com movimento sincronizado, comando nos pés com mínimo de 03 programações de trabalho, volta à zero. Unidade auxiliar acoplada à cadeira contendo 01 sugador Sistema Venturi e outro para bomba de vácuo com registro; e cuba da cuspeira removível com ralo e filtro para retenção de sólidos. Equipo acoplado à cadeira, com seringa tríplice e duas pontas com água e registros individuais nos terminais Bordem. Braços articuláveis e com travamento pneumático. Equipo com pedal progressivo para acionamento das peças de mão. Tampo de inox removível com puxador bilateral. Refletor Monofocal, luz fria e branca de intensidade 20 000 lux, braço multi-articulado, puxadores bilaterais, proteções térmica e contra estilhaços da lâmpada, comando na base. Registro na ANVISA, ISO 9001 e Boas Práticas de Fabricação. Garantia mínima de 12 meses.	2
12	Carro de Emergência	Carrinho de emergência móvel, estrutura reforçada, 4 rodízios de 3” giratórios, sendo 02 com freios, com 4 gavetas sendo a 1ª gaveta com divisórias para medicamentos e as outras 3 para uso geral. Mesa superior em aço inox para preparação de medicamentos. Garantia mínima de 12 meses.	9



13	Compressor Odontológico para 1 Consultório	Compressor de ar, para uso em consultório odontológico, isento de óleo para atender 1 consultório , com potência mínima de 1 HP e com capacidade de reservatório de no mínimo 30 litros. Alimentação elétrica 220 Volts, bifásico. Deslocamento teórico com vazão efetiva de no mínimo 160 litros/minuto. Rotação mínima de 00 RPM. Pressão de operação máxima de 120 PSI. Nível de ruído de no máximo 75 dB. Reservatório com pintura externa/interna antioxidante e fabricado de acordo com a norma NR 13 do Ministério do Trabalho. Deve apresentar dispositivo protetor contra superaquecimento e válvula de segurança. Deve estar provido de filtros e regulador de pressão de saída. Assistência Técnica de no mínimo 3 representantes, sendo 1 no mínimo na região de Sorocaba/Campinas. Registro ANVISA. Deve vir acompanhado de todos os acessórios para o seu completo funcionamento. Manual em português (BR). Garantia mínima de 12 meses.	1
14	Compressor Odontológico para 3 consultórios	Compressor de ar, para uso em consultório odontológico, isento de óleo para atender 3 consultórios , com potência mínima de 2,4 HP e com capacidade de reservatório de no mínimo 100 litros. Alimentação elétrica 220 Volts bifásico. Deslocamento teórico com vazão efetiva de no mínimo 300 litros/minuto, Rotação mínima de 1.700 RPM. Pressão de operação máxima de 120 PSI. Nível de ruído de no máximo 75 dB. Reservatório com pintura externa/interna antioxidante e fabricado de acordo com a norma NR 13 do Ministério do Trabalho. Deve apresentar dispositivo protetor contra superaquecimento e válvula de segurança. Deve estar provido de filtros e regulador de pressão de saída. Assistência Técnica de no mínimo 3 representantes, sendo 1 no mínimo na região de Sorocaba/Campinas. Registro ANVISA. Deve vir acompanhado de todos os acessórios para o seu completo funcionamento. Manual em português (BR). Garantia mínima de 12 meses.	1
15	Detector Fetal digital	Detector fetal digital, para monitoração contínua de frequência cardíaca, sensibilidade a partir de 09 semanas, com transdutor de no mínimo 2Mhz. Auto falante embutido de 1,2 W e gabinete em ABS. Display LCD com mostrador digital, apresentação de F.C.F. Escala de medição da FCF de 50 a 240bpm. Controle de volume, saída para fone de ouvido. Acessório: alça para pescoço, bolsa para transporte. Alimentação: bateria de no mínimo 1,5V recarregável. Acompanha carregador de bateria. Desligamento automático após 05 minutos de uso. Garantia mínima de 12 meses.	2
16	Eletrocardiógrafo 12 canais	Eletrocardiógrafo portátil de excelente qualidade, de 12 variações simultâneas e até 12 canais para pacientes adultos e pediátricos. Tela LCD, memória, comunicação USB/rede são opcionais. Impressora térmica de alta resolução integrada ao equipamento. Alimentação 110/220 V automático e através de bateria interna recarregável. O equipamento deve ser compacto e fácil manuseio. Teclas para um acesso rápido das funções. Circuito de proteção contra desfibrilador e detecção de eletrodo solto. Software para interpretação automática do ECG na língua portuguesa. Deve acompanhar ainda os seguintes acessórios: 01 cabo de alimentação, 01 cabo paciente de 10 vias, no mínimo 04 eletrodos de membros tipo clipe, no mínimo 06 eletrodos precordiais de sucção, 1 tubo de gel para eletrodos, 1 rolo de papel termo-reactivo e manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses.	1
17	Escada com 2 degraus	Escada com 2 degraus em aço inoxidável. Material: tubos de aço redondo de 1 pol. de diâmetro e 1,25 mm de espessura de parede; pés com ponteiras de borracha, pisos de borracha antiderrapante protegido por cantoneiras de aço inoxidável em toda volta., pintura: tubos pintados em esmalte sintético, após tratamento anti-ferruginoso em triplo processo. Quantidade degraus: duas medidas aproximadas: piso: 22 cm de largura por 30 cm de comprimento por 30 cm de altura, 1º piso: 20 cm, altura total de 38 cm. Deve suportar no mínimo 120 kg. Garantia mínima de 12 meses.	11



18	Fotopolimerizador de resina	Fotopolimerizador de resinas com Led, sem fio e sem radiômetro, bivolt. Garantia mínima de 12 meses.	3
19	Lanterna Clínica	Lanterna clínica, iluminação LED de 2,2 v, confeccionada em alumínio, iluminação brilhante tipo halogênio, botão liga e desliga alimentação através de duas pilhas. Garantia mínima de 12 meses.	4
20	Laser para Fisioterapia	Laser terapêutico de baixa potência microcontrolado, Bivolt, com possibilidade de operação com três canetas Laser (Laser probes) com comprimentos de 660nm - AlGaInP - (Po - 30mW), 830nm - GaAlAs - (Po - 30mW) ou 830nm - GaAs - (Po - 70W pico). O modo de emissão do feixe do Laser nas Canetas Laser 660nm e 830nm podem ser ajustados no modo contínuo ou pulsado (50%), com possibilidade de escolha de 10 frequências de modulação: 2,5Hz, 5Hz, 10Hz, 20Hz, 75Hz, 150Hz, 300Hz, 700Hz 1kHz e 2kHz. Densidade de energia radiante pontual ajustável de 1 a 20 joules/cm (cálculo automático ou manual do tempo de exposição da radiação Laser), timer variável de 1 a 60min. Todas as informações são mostradas em visor de cristal líquido alfanumérico. Deve vir acompanhado de uma caneta de 660nm, 01 Cabo de força destacável, 01 Fusível de proteção sobressalente e 01 Manual de instruções. Registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	1
21	Manovacuômetro analógico	Kit de Manovacuômetro analógico, com visor de acrílico, específico de uso da fisioterapia para medir força muscular (pressão inspiratória e pressão expiratória) com intervalos de escala com precisão de 4cmH ₂ O, ponteiro de registro de pressão, ajuste do ponteiro zero e pressões máximas de ± 120cmH ₂ O. Deve possuir linha de pressão em silicone mínima de 20cm, conector Rescal (para a manobra manual), adaptador para aplicação com bocal e o bocal, adaptador para uso com traqueostomia ou cânula traqueal, manual do usuário e demais acessórios necessários para o completo funcionamento do equipamento e suas especificações supracitadas. Registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	1
22	Mesa Auxiliar aço inox	Mesa Auxiliar , confeccionado em aço inoxidável, com rodízios, tamanho 40CM X 40CM X 80CM. Garantia mínima de 12 meses.	5
23	Mesa de Exame	Mesa de Exames fixa de excelente qualidade utilizada para exames em pacientes adultos, com base confeccionada em aço escovado ou ferro pintado, com acabamento de 1ª qualidade, pintura epóxi após tratamento anti-ferruginoso na cor branca, caso o material de confecção seja o ferro. Leito com colchão removível na cor verde clara. Dimensões mínimas de 1,90 m de comprimento e 0,60 m de largura. Possuir proteção de borracha sintética na ponta dos pés. Garantia mínima de 12 meses.	5
24	Mocho Odontológico	Mocho odontológico com cinco rodízios, assento e encosto de espuma injetada de alta densidade, revestimento em PVC sem costuras ou dobras, cor verde claro, regulagem da altura do assento acionada a gás, inclinação do encosto sincronizada com o assento. Garantia mínima de 12 meses.	17
25	Nebulizador portátil ultrassônico	Nebulizador portátil ultrassônico, com máscaras, 01 saída simultânea, bivolt. Composto de todos os materiais e cabos para o seu completo funcionamento. Manual em português (BR). Garantia mínima de 12 meses.	5
26	Negatoscópio	Negatoscópio confeccionado em aço inoxidável, para fixação em parede, com 01 corpo, luminosidade através de luz fluorescente, prendedor de radiografia com moldura em chapa de aço pintada, botão frontal liga/desliga, tamanho aproximado 35cmX45cm. Garantia mínima de 12 meses.	15



27	Oftalmoscópio	Oftalmoscópio com cabo em metal ergonômico, à prova de choque, resistente e antiderrapante, lâmpada halógena, com anel de luz sem reflexos, composto de no mínimo 05 tipos de aberturas e 19 lentes de -20 a +20D. Uso de bateria convencional. Deve acompanhar estojo. Garantia mínima de 12 meses.	1
28	Otoscópio	Otoscópio Mínimo de 5 espéculos reusáveis e bateria recarregável - com cabo em aço inoxidável, para pilhas medias comuns, cabeçote para espéculos com lâmpadas e regulador de alta e baixa luminosidade. Encaixe para visor sobressalente articulado ao cabeçote. Acompanhado de 05 espéculos antirreflexo com encaixe de metal cromado, reutilizáveis e em diferentes calibres, lâmpadas e visor sobressalente, espéculos, bolsa para acondicionamento. Registro no Ministério da Saúde. Com selo de aprovação do INMETRO e com registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	1
29	Oxímetro de pulso de dedo portátil	Oxímetro de pulso de dedo portátil com tela de led colorido de fácil leitura e uso. Curva plestimográfica e 1 sensor de SPO2 para monitorização da porcentagem de saturação de oxigênio no sangue e dos batimentos cardíacos por minuto. Indicação da carga de bateria, desligamento automático após alguns segundos. Garantia mínima de 12 meses. Certificado do Inmetro e ANVISA.	10
30	Raio X Odontológico	Aparelho de Raio X odontológico com coluna móvel, base de ferro fundido, dimensionada para a movimentação do equipamento de maneira fácil e prática; voltagem de 70KVP(com regulador), intensidade de 10mA, controlador de tempo centesimal, alimentação 110/220v. Partida gradual de 20 segundos, radiômetro digital acoplado, teclado tipo membrana, fonte estabilizada, sistema de proteção térmica, ponteira com fibra óptica, protetor ocular, exaustor silencioso, bivolt. Registro na ANVISA e MS, Autorização de Funcionamento e Boas Práticas de Fabricação. Garantia mínima de 12 meses.	1
31	Retinoscópio	Retinoscópio com sistema de foco externo com rotação contínua, filtro polarizador linear cruzado, cartões de alvo magnéticos para retinoscopia dinâmica, focalização e rotação de 360ª da fenda. Iluminação 3.5v a bateria ou elétrica. Composto de: 01 cabeça de retinoscópio, 01 cabo recarregável, 01 carregador de mesa, 01 lâmpada 3.5v e 01 estojo de proteção. Garantia mínima de 12 meses.	2
32	Seladora 40cm	Seladora tipo manual de mesa para papel grau cirúrgico, faixa de selagem de no mínimo 40cm, aplicação convencional, controle de temperatura analógico, com estrutura em aço, com proteção para o suporte da faca de corte, bivolt. Com selo de aprovação do INMETRO. Registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	2
33	Tens e Fes	TENS e FES, bivolt, e funcionamento a bateria, portátil (Peso máximo de 500g), com tecnologia digital microcontrolada, dois canais de saídas independentes (com doses de 100mA) e 09 modos de operação. Protocolos prontos, acessados via teclado e visualização dos parâmetros em display. Deve vir com a fonte de alimentação bivolt destacável, bateria (9 volts), cabo duplo para aplicação, eletrodos 5 x 3cm de silicone, presilha para cintos, gel condutor e o manual de instruções. Registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	1
34	Ultrassom Odontológico	Ultrassom Odontológico com jato de bicarbonato integrado, caneta/transdutor do ultrassom autoclavável. Garantia mínima 12 meses.	3



35	Ultrassom para Fisioterapia	Ultrassom para fisioterapia portátil (Peso máximo de 1500g), frequência de 1Hz, microcontrolado, ondas contínuas e pulsadas (ajuste do pulso com 16 a 100Hz e modulação em 20% ou 50% de tempo ON), bivolt, tela em LCD, ERA de 5 a 7cm ² , 21W de potência (intensidade regulada e mensurada em W e W/cm ² visualizadas através do painel digital), sensor térmico (temperatura do equipamento), timer e desligamento automático, painel frontal inclinado, possibilidade de programações dos parâmetros e proteção contra respingos de água. Deve vir com o cabo de força destacável, um fusível de proteção sobressalente, um cabeçote aplicador de 1,1MHz, uma bisnaga de gel e o manual de instruções. Registro na ANVISA. Garantia mínima de 12 meses.	1
----	-----------------------------	--	---

Flávio Francisco Vitale Filho
Secretário de Saúde

ANEXO II TERMO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, com sede à Rua _____, C.N.P.J. nº _____, representada pelo(a) Sr.(a) _____, CREDENCIA o(a) Sr.(a) _____, _____ (CARGO) _____, portador(a) do R.G. nº _____ e C.P.F. nº _____, para representá-la perante a Estância Turística de Salto em licitação na modalidade Pregão Presencial nº/2019 – cujo o objeto é podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

NOME

R.G.

CARGO



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Eu _____ (nome completo), RG nº. _____, representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____, DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão Presencial nº/2019, realizado pela Prefeitura da Estância Turística de Salto, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.

(Cidade/Estado), em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____

RG do representante legal: _____



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO
TRABALHO

Eu _____(nome completo), representante legal da empresa _____(nome da pessoa jurídica), interessada em participar do Pregão Presencial nº/2019, da Prefeitura da Estância Turística de Salto, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos do inc. V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, a _____(nome da pessoa jurídica) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

(Cidade/Estado), em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____

RG do representante legal: _____



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014**, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência e/ou exclusividade no procedimento licitatório do Pregão Presencial n.º/2019, realizado pela Prefeitura da Estância Turística de Salto.

(Cidade/Estado), em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do representante legal

Nome do representante legal: _____

RG do representante legal: _____

ANEXO VI

Cidades do Âmbito Regional (art. 49, II, LC 123/06)

1- Região Metropolitana de São Paulo

Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã.

Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano.

Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Sudoeste: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jujutiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

Oeste: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

Fonte: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMSP>

2- Região Metropolitana de Sorocaba

Sub-Região 1: Alambari, Boituva, Capela do Alto, Cerquilha, Cesário Lange, Jumirim, Sarapuí, Tatuí, Tietê e Itapetininga, município que foi incorporado à região após a sua institucionalização;

Sub-Região 2: Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque;

Sub-Região 3: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim.

Fonte: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMS>

3- Região Metropolitana de Campinas

Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo

Fonte: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMC>

ANEXO VII MINUTA CONTRATUAL

Contrato Administrativo nº ____/2019
Processo Administrativo nº 2247/2019
Contratante – Prefeitura da Estância Turística de Salto
Contratada –
Objeto –
Referente – Pregão Presencial nº 31/2019
Valor Total – R\$
Vigência –

O **Município de Salto**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sediada a Rua Nove de Julho nº 1.053, Vila Nova, na cidade de Salto/SP, CEP: 13.322-900, inscrita no CNPJ nº 46.634.507/0001-06, neste ato representada pelo **Secretário de Saúde, Sr. Flávio Francisco Vitale Filho,, nacionalidade....., estado civil.....**, portador do RG nº e do CPF nº, ora designada simplesmente como *Contratante* e de outro lado à _____, sediada a _____, CEP _____, Telefone _____, na cidade de _____/____, inscrita no CNPJ(MF) nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (cargo ou função), portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, doravante designada simplesmente *Contratada*, têm entre si justo e acordado o presente contrato, conforme as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constitui o objeto do presente contrato o fornecimento, único, e instalação de equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico), para as Unidades Básicas e Especializadas de Saúde, conforme especificações e quantidades relacionados ao Anexo I do edital, a cargo da Secretaria de Saúde.

Item	Descrição/Marca/modelo/ especificações	Unid Qtde.	Valor Unit. R\$	Valor Total Unit. R\$
------	---	---------------	-----------------------	--------------------------

1.2. Os equipamentos serão custeados com recursos do Governo Federal através das Emendas Parlamentares 28090005 e 37290003 da proposta 11297.631000/1160-04, recurso 33460003 da proposta 11297.631000/1180-05 e referente aos termos de compromisso 3545201712271456065 e 3545201712271452857 e do Governo Estadual através dos Convênios 578/2017 e 469/2018.

Parágrafo Único: Será de responsabilidade da Secretaria de Saúde o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, através do gestor de contrato, Sr. Emerson Correa Silveira, Assistente Técnico II, portador do RG n.º 30.580.021-8 e do CPF n.º 285.351.388-47.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DO MATERIAL

- 2.1.** Para os itens que exigem Boas Práticas de Fabricação e Autorização de Funcionamento, conforme anexo, deverão ser apresentados na entrega, juntamente os equipamentos/materiais.
- 2.2.** Os equipamentos deverão ser entregues no Almoxarifado Central de Suprimentos da Saúde.
- 2.3.** As entregas deverão ser efetuadas em Salto/SP, no seguinte local:
- ✓ Praça Álvaro Guião, 167 – Bairro Estação – Jardim Estação – Fone (11) 4840-8751 Salto/SP
 - ✓ De segunda a sexta-feira – horário: 08:00h às 15h.
- 2.4.** O local de entrega poderá ser alterado a critério da Secretaria de Saúde, estabelecendo-se que neste caso a entrega ocorrerá dentro dos limites do município, com comunicado prévio ao contratado.
- 2.5.** Caso ocorra o fornecimento incompatível com o solicitado pela Prefeitura, fora dos padrões legais, ou com eventuais danos (ocasionados inclusive, durante o transporte/descarregamento), o mesmo será recusado/devolvido, devendo ser repostado imediatamente, sem ônus ao Município e sob as penas previstas neste Edital.
- 2.6.** Os materiais e equipamentos devem estar embalados sem avarias.
- 2.7.** A observância da compatibilidade a que se refere à cláusula anterior poderá ser aferida mesmo após a efetiva aceitação, em se tratando de vícios ocultos ou qualquer outro defeito não passível de pronta verificação.
- 2.8.** A empresa vencedora deverá efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Anexo I e da proposta, acompanhado da respectiva Nota fiscal constando detalhamento as indicações da marca fabricante, tipo, procedência.
- 2.9.** A empresa Contratada é responsável pelo transporte, carga, descarga e instalação. A instalação será apenas para os itens 1, 2 e 18 do anexo.
- 2.10.** A empresa vencedora deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).
- 2.11.** Caso após o recebimento dos produtos seja encontrado algum defeito, o fornecedor substituirá o item no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do aviso escrito enviado por e-mail ou outro meio hábil.
- 2.12.** Havendo necessidade de remoção do produto para solução do defeito, o transporte ficará a cargo da Contratada, assumindo esta total responsabilidade pelo período em que estiver com a guarda do produto.
- 2.13.** A empresa vencedora deverá comunicar por escrito à Administração, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

2.14. A empresa vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de entrega dos equipamentos (médico, enfermagem, odontológico e fisioterápico) será de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. A Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ _____ (_____), sendo que o pagamento será efetuado até 30 dias após a efetiva entrega do bem, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, desde que aprovado pela Secretaria de Saúde e sujeitando-se a ordem cronológica de pagamentos.

4.2. Na ocorrência de rejeição da(s) nota(s) fiscal(is) motivada por erro ou incorreções, o prazo estipulado no item anterior, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

4.3. Os pagamentos serão efetuados mediante transferência ou depósito em conta corrente do contratado, conforme Decreto n.º 7.507, de 27 de junho de 2011.

4.4. A Contratada quando do faturamento deverá inserir na Nota Fiscal – Pregão Presencial n.º 31/2019, Contrato Adm. .../2019.

4.5. Quando da emissão da Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá destacar as retenções dos impostos e contribuições sociais devidas, sobre a prestação dos serviços, ou fazer menção à base legal, quando isenta ou dispensada.

4.6. Nenhum pagamento antecipado será efetuado à licitante, ou enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As verbas para pagamento do objeto da presente licitação estão de acordo com as dotações orçamentárias vigentes de n.ºs:

Secretaria	Dotações	Ficha
Secretaria de Saúde	02.08.02.449052.10.301.0005.2.633.01.310000 – Recurso Próprio	185
	02.08.02.449052.10.301.0005.2.633.05.360000 – Recurso Federal	584
	02.08.03.449052.10.302.0005.2.632.01.300087 – Recurso Estadual	704
	02.08.03.449052.10.302.0005.2.632.02.30089 – Recurso Estadual	731

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1. A contratada que descumprir em quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. De conformidade com o art. 86 da Lei 8666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, à contratada garantida a prévia defesa, ficará sujeita à multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8666/93.

6.3. Nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pela inexecução total ou parcial deste contrato, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, pela inexecução total ou parcial do serviço contratado;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05(cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

6.4. As penalidades previstas serão independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

6.5. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês, ou quando for o caso, cobrado judicialmente.

6.6. Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DIPOSIÇÕES GERAIS

7.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 31/2019.

7.2. A Contratada neste ato declara concordar com todos os termos do presente contrato, bem como as obrigações do regulamento administrativo previsto pela Contratante, além das penalidades pertinentes às leis específicas à matéria Lei Federal nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, Lei Orgânica do Município de Salto nº 1.382/90 (Emenda Substitutiva nº 01/2008), que fazem parte integrante do Pregão Presencial nº 31/2019.



7.3. A Contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

7.4. Constituem motivos para rescisão, os casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8666/93.

7.5. São vedadas as subcontratações do contrato a terceiros no todo ou em parte, exceto com anuência expressa e por escrito da Prefeitura e desde que parte do objeto, e atendidas por parte do subcontratado todas as exigências de idoneidade sob todos os aspectos previstos no Edital do Pregão Presencial nº 31/2019, conforme disposto no artigo 72 da Lei da Lei Federal nº 8.666/93, ficando também o cessionário, no caso de subcontratação, responsável por todas as obrigações do cedente, permanecendo solidário a este.

7.6. A Contratada será responsável por todo e qualquer dano a que der causa, a ela competindo, exclusivamente, indenizar os prejuízos causados à Contratante ou a outrem.

7.7. A Contratada obriga-se a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir às suas expensas e imediatamente, o objeto do contrato, segundo as especificações determinadas, desde que se constatem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução dos equipamentos/peças/materiais/serviços.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

8.1. Fica eleita a comarca de Salto para dirimir eventuais dúvidas ou conflitos de interesses oriundos do presente contrato, se não sanadas pela via extrajudicial.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, de acordo com a legislação vigente.

Salto/SP, ___ de ___ de 2019.

Flávio Francisco Vitale Filho
Secretário de Saúde

Testemunhas:

1-.....

2-.....



ANEXO VIII
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____



Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____
Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.